

te entram a Nasa, Lockheed Martin, a Boeing, etc., todas ao mesmo tempo. E entram com determinada porcentagem de dinheiro, de recursos humanos. Quando se chega ao protótipo, as empresas envolvidas sabem a parte que lhes cabe e o projeto é feito de forma que vá direito para a linha de produção. Não tem licitação, mas cada uma tem sua porcentagem preestabelecida. Os riscos são partilhados entre o governo e as empresas. Compartilhar meios e recursos é o processo mais eficiente, mas isso exige uma mudança de cultura no Brasil.

ISTOÉ – *Que benefícios a Missão Centenário trouxe ao Brasil?*

Pontes – A Missão Centenário custou US\$ 10 milhões. Eu fui apenas a ponta do iceberg. Quem definiu a missão, o orçamento e tudo o mais foi a Agência Espacial Brasileira. A missão realizou experimentos de microgravidade no espaço, dando início ao desenvolvimento desse setor no Brasil, que está um pouco atrasado. Esses experimentos funcionaram perfeitamente e deram resultados concretos. O Brasil, por exemplo, importava tecnologia de controle de temperatura e agora, graças a um dos experimentos, tem tecnologia nacional. Depois, fez a comemoração do centenário do vôo de Santos Dumont. Hoje em dia muita gente no mundo sabe quem é Santos Dumont por causa daquela missão.

ISTOÉ – *Eles concordam que Santos Dumont foi melhor que os irmãos Wright?*

Pontes – Eu disse que ele foi o primeiro que decolou, sozinho, que controlou o avião (risos). A outra função da missão foi divulgar o programa espacial brasileiro, que existe desde 1961. Até então, o nosso programa estava marcado negativamente pelo acidente que destruiu a base de lançamento de foguetes em Alcântara, em 2003. Além disso, pretendia-se incentivar o público mais jovem ao estudo da ciência e tecnologia, particularmente tecnologia espacial. Porque não adianta ter um grande programa espacial se não tiver ninguém para trabalhar na área. A Nasa, por exemplo, tem um site só para crianças, o Nasa for Kids. Pessoalmente, acho que os aspectos edu-

cacionais foram muito importantes. Os efeitos vão aparecer daqui a 20, 30 anos, quando essas crianças vão dirigir a Agência Espacial, por exemplo.

ISTOÉ – *Um programa espacial é prioridade para um país tão carente como o Brasil?*

Pontes – Nas minhas palestras muita gente me pergunta: tem gente morrendo de fome, como o Brasil vai se preocupar em lançar foguetes? Veja só o exemplo americano: a Nasa tem dez centros espaciais e um quartel-general, cada um deles empregando dez mil pessoas, num total de 100 mil. No final das contas, isso é mais importante: nós pensamos no espaço como processo de futura colonização de planetas, como desenvolvimento para novas tecnologias médicas, mas temos que pensar também no dia-a-dia das pessoas, na criação de empregos diretos e na produção de bens de alto valor agregado. O programa espacial é um círculo virtuoso benéfico para a sociedade que o desenvolve. Se alguém diz que tem gente morrendo de fome, eu pergunto: se você fosse muito pobre, colocaria seus filhos na escola ou pediria esmola? Respondem que os colocariam na escola porque não gostariam que eles tivessem o mesmo destino.

ISTOÉ – *Como está o programa espacial brasileiro após o acidente?*

Pontes – Por causa dessa dependência do setor público, esse programa oscila muito com as políticas de governo. No começo existe um projeto, incentivos, etc. De repente, mudam-se as prioridades políticas e o projeto perde incentivo. Não

adianta um projeto com um bilhão num ano e um milhão no outro. O principal é manter a continuidade. Veja o exemplo de Aramar, que quase fechou por falta de continuidade. Se houvesse a participação da empresa privada nesses projetos desde o início, a tendência seria reduzir essa dependência das oscilações políticas. Ter o capital envolvido, o projeto sendo tocado pelo ritmo de uma empresa privada faz as coisas andarem.

ISTOÉ – *Como está sua situação hoje?*

Pontes – Eu poderia ser utilizado dentro da Agência Espacial Brasileira, desenvolvendo alguma coisa no programa espacial. Mas fico na expectativa de, quem sabe, um dia me utilizarem novamente. Posso fazer contatos internacionais, um novo vôo espacial, a aproximação do setor público com o setor privado. E, principalmente, posso passar para a frente o que aprendi.

ISTOÉ – *Seu trabalho em Houston não é remunerado?*

Pontes – Tenho o salário da Força Aérea, tenho minha empresa, faço consultorias e dou palestras, e eu mesmo estou me bancando em Houston. Estou à disposição do Brasil. Mas sou eu que me mantenho; ninguém me encaixou em lugar nenhum. Eu espero que o programa espacial tenha uma definição neste ano, abrindo novas perspectivas. Se cancelarem o programa, tenho a opção de continuar em Houston e, no Brasil, no setor privado, fazendo conexão com o setor público. Para isso, espero que a Fiesp me ajude. Se nada disso for possível, trabalho no setor privado. ■



EDUARDO HOLLANDA/AG. ISTOÉ

“O programa espacial brasileiro ficou muito marcado pelo acidente em Alcântara, em 2003

